

Destaques impedem votação

As 22 horas, vários oradores, principalmente do PDS, se revezavam na tribuna procurando prolongar a sessão e impedir que se colocasse em votação, de imediato, o substitutivo do relator ao projeto de regimento. Estava em jogo a polêmica questão da soberania da Constituinte. O PDS, que sempre faz oposição ao Governo, se uniu desta vez ao PFL para atender as exigências do Palácio do Planalto.

A estratégia do Governo foi montada a partir do momento em que obteve a confirmação de que o relator, senador Fernando Henrique Cardoso, não havia feito qualquer alteração no parágrafo 7º do artigo 57, que trata dos projetos de decisão.

O parecer do relator foi distribuído aos constituintes por volta das 17 horas. A partir daí, começaram as reuniões e negociações. O PFL, reunindo a sua bancada, ameaçava inclusive não comparecer ao plenário para não dar quorum suficiente à votação. O PMDB, de outro lado, conseguia o apoio dos pequenos partidos para aprovar o substitutivo.

Após a reunião, a bancada do PFL decidiu ir a plenário, mas com a tática de apresentar pedidos de destaque para várias emendas, principalmente a que trata da questão da soberania.

Da tribuna, o líder do PDS, deputado Amaral Netto, disse claramente que o seu partido iria pedir verificação de votação de todos os pedidos de destaque do projeto de regimento. "Previno-o, sr. presidente — ameaçou —, "que serão mais de 300 votações nominais. Quero ver votar isso antes do carnaval. Dirão que o povo não entenderá. Digo que entenderá. Entenderá que não podemos aceitar esse Regimento. Isso é uma porcaria, com o perdão da má palavra".

No microfone, inúmeros parlamentares discutiam o substitutivo, mas ninguém prestava atenção. A medida que o tempo passava, constituintes do PFL e do PDS se inscreviam para falar e com isto, prolongar a sessão, para aflição do

PMDB. A sessão, que começou com atraso de meia hora (às 20 horas), era destinada a discussão do regimento.

No plenário, a movimentação era intensa. Um deputado do PFL confessou aos jornalistas que, na tática de cindir o PMDB, era fundamental votar o substitutivo item por item, porque a partir daí seria possível mapear quem é e quem não é a favor do Governo. E explicava: "Quem tem e quem não tem juízo". De acordo com ele, o Governo sai da votação consciente definitivamente de que pode contar com 200 a 220 parlamentares, sendo 92 deles do próprio PMDB.

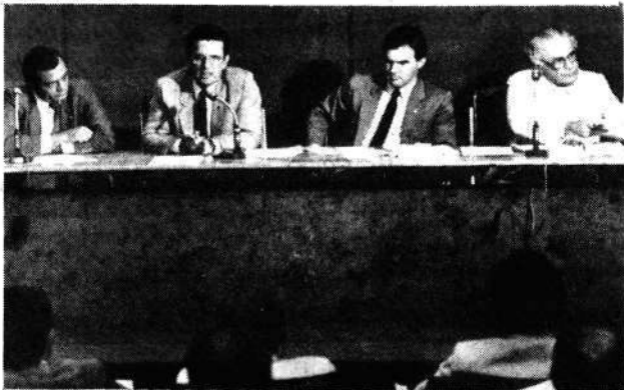
A tática do PMDB com o apoio dos pequenos partidos era outra. Colocar em votação o substitutivo em bloco, ressaltando os destaques. De acordo com os líderes, aprovado o substitutivo, seria mais difícil para o PFL e PDS aprovar os destaques porque seriam necessários os votos a favor de 280 constituintes. Daí, a estratégia do PDS e PFL de adiar a votação porque, na sessão da noite de ontem, percebia-se claramente que o número de constituintes em plenário era reduzido.

As 21 horas, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte deputado Ulysses Guimarães, deixou a direção dos trabalhos para se reunir com as lideranças. Eles estavam acertando uma tática para viabilizar a aprovação do substitutivo hoje, impreterivelmente.

As negociações continuaram em plenário e fora dele. Em certo momento, o líder do PDS levantou de sua poltrona e recebeu um recado: "É inegociável". Tratava-se da questão da soberania que o Palácio do Planalto não admite ver aprovada nos termos propostos pelo PMDB.

Na confusão em que se transformou a sessão, às 23h30, quando ela foi encerrada, não se sabia com certeza o que poderia acontecer hoje. O grande problema para o PMDB e, principalmente para o presidente Ulysses Guimarães, são os cerca de 300 pedidos de destaque e as ameaças de obstrução da votação por parte do PDS e PFL.

LUIZ MARQUES



PFL se reúne e decide obstruir a votação